



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Central Eólica Acauã II S.A.

31 de dezembro de 2022

ALIANÇA
A nova geração de energia

SUMÁRIO

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
1 Contexto operacional	12
2 Base de preparação e apresentação	12
3 Caixa e equivalentes de caixa	16
4 Imobilizado	17
5 Intangível	17
6 Fornecedores	18
7 Patrimônio Líquido	18
8 Transações com partes relacionadas	19
9 Despesas operacionais	19
10 Resultado financeiro	19
11 Instrumentos financeiros e gestão de riscos	19
12 Compromissos	21
13 Eventos subsequentes	21

Relatório da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Senhores acionistas,

A administração da Central Eólica Acauã II S.A., subsidiária integral da Aliança Geração de Energia S.A., na condição de Sociedade de Propósito Específico - SPE, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2022, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

Em fase pré-operacional, a Central Eólica Acauã II não registrou receitas no exercício de 2022, sendo seus resultados derivados dos gastos com despesas e investimentos decorrentes da implantação do empreendimento. Destacamos importantes marcos alcançados na etapa de implantação, como a conclusão de todas as fundações dos aerogeradores e o início de montagem de torres.

Belo Horizonte, 29 de março de 2023.

DIRETORIA:

Marcos Liberato do Nascimento
Diretor Técnico

Carlos Henrique Afonso
Diretor Administrativo



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Diretores da Central Eólica Acauã II S.A.
Santana dos Matos - RN**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Acauã II S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Acauã II S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos

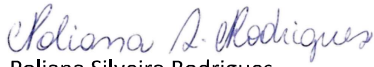
chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG


Poliana Silveira Rodrigues
Contadora CRC MG-089473/O-0

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, em milhares de reais.

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	7	11
Tributos a Recuperar		1	-
Outros ativos		15	-
Total do ativo circulante		23	11
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	4	197.510	96.672
Intangível	5	4.647	4.588
Total do ativo não circulante		202.157	101.260
Total do ativo		202.180	101.271
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	6	949	1.882
Tributos e contribuições sociais a recolher		-	177
Outros passivos		182	-
Total do passivo circulante		1.131	2.059
NÃO CIRCULANTE			
Outros passivos com partes relacionadas		1.059	-
Total do passivo não circulante		1.059	-
Total dos passivos		2.190	2.059
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	7		
Capital social		115.361	61.140
Adiantamento para futuro aumento de capital		89.135	39.786
Prejuízos Acumulados		(4.506)	(1.714)
Total do patrimônio líquido		199.990	99.212
Total do passivo e do patrimônio líquido		202.180	101.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Despesas gerais e administrativas		(2.764)	(1.154)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	9	(2.764)	(1.154)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		(2.764)	(1.154)
Receitas financeiras	10	2	-
Despesas financeiras	10	(31)	(2)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(2.793)	(1.156)
Prejuízo líquido do exercício		(2.793)	(1.156)
Prejuízo líquido básico e diluído por ação – R\$		(0,000029)	(0,000019)
Quantidade média ponderada de ações(em milhares)		97.286.893	61.139.560

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, em milhares de reais.

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo líquido do exercício	(2.793)	(1.156)
Total do resultado abrangente do exercício	(2.793)	(1.156)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, em milhares de reais.

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020		18.875	11.853	(558)	30.170
Aumento de capital		42.265	(42.265)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	70.198	-	70.198
Prejuízo líquido do exercício				(1.156)	(1.156)
Em 31 de dezembro de 2021		61.140	39.786	(1.714)	99.212
Aumento de capital	7(b)	54.221	(54.221)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	7(c)	-	103.571	-	103.571
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(2.793)	(2.793)
Em 31 de dezembro de 2022		115.361	89.136	(4.507)	199.990

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, em milhares de reais.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo líquido do exercício		(2.793)	(1.156)
		(2.793)	(1.156)
Variação de ativos e passivos			
Outros valores a pagar de partes relacionadas		1.059	-
Tributos a recuperar		(1)	-
Outros ativos	11	(15)	-
Fornecedores	6	(324)	(89)
Tributos e contribuições sociais a recolher		(177)	136
Outros passivos	11	182	-
		724	47
Caixa consumido pelas operações		(2.069)	(1.109)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		(2.069)	(1.109)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
No imobilizado e intangível	4 e 5	(101.506)	(69.097)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(101.506)	(69.097)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Adiantamento para futuro aumento de capital	7(c)	103.571	39.786
Aumento de capital		-	30.412
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		103.571	70.198
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(4)	(8)
No início do exercício	3	11	19
No fim do exercício	3	7	11
Redução de caixa no exercício		(4)	(8)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 | Contexto operacional

A Central Eólica Acauã II S.A. (“Companhia”), é uma sociedade por ações de capital fechado constituída com o objetivo específico de construção, implantação, operação, manutenção e exploração de parque eólico localizado no Município de Santana do Matos, Estado do Rio Grande do Norte. A Companhia é controlada pela Aliança Geração de Energia S.A.

A Companhia obteve junto a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), resolução autorizativa nº 8.755 de 28 de abril de 2020, que autorizou a exploração, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, da Central Geradora Eólica Baixa do Sítio (“EOL Acauã II”), que integra os ativos da Companhia, localizadas no município de Santana do Matos, Lagoa Nova, São Vicente do Maros e Tenente Laurentino Cruz, no Estado do Rio Grande do Norte. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, a contar da data de publicação da Resolução Autorizativa, com vencimento em abril de 2055.

A Companhia, em conjunto com Central Eólica Acauã I S.A. (“Acauã I”) e Central Eólica Acauã III S.A. (“Acauã III”), formam o projeto do Parque Eólico Acauã. A implantação do parque ocorreu nos municípios de Santana do Matos, São Vicente e Tenente Laurentino Cruz, estado do Rio Grande do Norte, tendo este prevista uma capacidade instalada total de 109,2 MW.

A EOL Acauã II é constituída por 11 (onze) unidades geradoras de 4.200 kW (quatro mil e duzentos quilowatts) cada, e terá 46.200 kW de potência instalada e 44.814 kW de potência líquida.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional e enquanto não iniciar suas operações, as atividades serão mantidas através dos recursos financeiros da acionista. A operação comercial plena do parque está estimada para o último trimestre de 2023.

Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$1.108 (R\$2.048 em 31 de dezembro de 2021) e prejuízo de R\$2.793 (R\$1.156 em 31 de dezembro de 2021). Este aspecto está previsto no plano de negócios para o empreendimento. Adicionalmente, é importante destacar que a Companhia possui o suporte financeiro da sua Controladora.

a. CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

2 | Base de preparação e apresentação

2.1 | Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

Em 29 de março de 2023, a Diretoria da Companhia aprovou a conclusão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.2 | Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir as perdas pela redução ao valor recuperável (“Impairment”) de ativos, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3 | Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 | Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

2.5 | Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa e outros ativos.

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Administração desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto:

- (i) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (ii) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem fornecedores e outros passivos.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

Ativos e passivos avaliados ao custo amortizado

- **Ativos financeiros:** encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa e outros ativos. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- **Passivos financeiros:** encontram-se nesta categoria os fornecedores e outros passivos.

A Companhia considerou o valor justo de caixa e equivalentes de caixa e fornecedores como próximos aos seus valores contábeis em razão da natureza e características desses instrumentos

b. IMOBILIZADO

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada. Os ativos não incorrem em depreciação por estarem em fase de construção, a entrada em operação está prevista para novembro de 2023.

Custos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

c. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de serviços.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis não incorrem em amortização por estarem em fase de construção, a entrada em operação está prevista para novembro de 2023.

d. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos do Imobilizado e do Intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor. Para maiores detalhes vide Nota Explicativa nº 4.

e. PROVISÕES

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não há contingências classificadas como risco de perda provável ou possível. Ademais, não há provisão para desmantelamento de ativos a serem reconhecidas na atual fase do projeto e seu reconhecimento será avaliado conforme andamento da construção dos ativos para atendimento do contrato vigente.

f. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício por meio do lucro presumido.

Nesta sistemática, são aplicadas alíquotas de presunção sobre o faturamento bruto: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. Somam-se a essas bases presumidas as outras receitas e as receitas financeiras, conforme a legislação vigente. Por fim, sobre esses totais, são aplicadas as alíquotas vigentes na data do encerramento do exercício para cada um dos tributos: 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

A Companhia adota o recolhimento do imposto de renda e da contribuição social pelo lucro presumido conforme o regime de competência.

g. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem tarifas bancárias.

2.6 | Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- (a) Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 e CPC 23);
- (b) Contratos de seguro (adição do CPC 50);
- (c) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26);
- (d) Definição de estimativa contábil (alterações ao CPC 23); e
- (e) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32).

3 | Caixa e equivalentes de caixa

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (a).

O caixa e equivalentes de caixa são compostos pelos saldos de bancos, como se seguem:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e contas bancárias	7	11
	7	11

4 | Imobilizado

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (b).

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para a Companhia é como segue:

	Imobilizado em curso	TOTAL
Custo de aquisição		
Em 31/12/2020	25.725	25.725
Adição	70.947	70.947
Em 31/12/2021	96.672	96.672
Adições	100.838	100.838
Em 31/12/2022	197.510	197.510
Valor líquido		
Líquido em 31/12/2021	96.672	96.672
Líquido em 31/12/2022	197.510	197.510

As imobilizações em curso compreendem os gastos incorridos para construção do parque eólico. A entrada em operação do parque está prevista para novembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022, após a Companhia realizar as análises necessárias acerca de indicadores de *Impairment*, concluiu que não há indicadores de perda no valor recuperável de seus ativos.

5 | Intangível

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (c).

A composição e a movimentação do intangível para a Companhia é como segue:

	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição		
Em 31/12/2020	4.585	4.585
Adição	3	3
Em 31/12/2021	4.588	4.588
Adições	59	59
Em 31/12/2022	4.647	4.647
Valor líquido		
Em 31/12/2021	4.588	4.588
Em 31/12/2022	4.647	4.647

O custo de aquisição refere-se ao estudo de viabilidade do projeto eólico.

6 | Fornecedores

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (a).

A composição dos fornecedores é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores de imobilizado	609	1.853
Outros fornecedores	340	29
	949	1.882

7 | Patrimônio Líquido

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (i).

(a) Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$115.361 (R\$61.140 em 31 de dezembro de 2021) representados por 115.360.560 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (61.139.560 em 2021).

	31/12/2022		31/12/2021	
	Capital R\$	Ações	Capital R\$	Ações
Acionista				
Aliança Geração Energia S.A.	115.361	115.360.560	61.140	61.139.560

(b) Aumento de capital

Em 30 de abril de 2022, a assembleia geral extraordinária deliberou sobre o aumento de capital da Companhia no montante de R\$54.221 (R\$42.265 em 31 de dezembro de 2021) mediante a emissão de 54.221.000 ações (42.264.560 ações em 2021).

(c) Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC")

Durante o exercício de 2022, a Companhia registrou o valor de R\$103.569 (R\$70.198 em 2021) correspondentes a 103.569.439 ações (70.198.181 ações em 2021), como adiantamento para futuro aumento de capital. O saldo remanescente será integralizado em ata de assembleia geral extraordinária, a ocorrer em 2023.

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	39.786	11.853
AFAC efetuados	103.571	70.198
AFAC integralizados no Capital Social	(54.221)	(42.265)
Saldo no final do exercício	115.361	39.786

(d) Prejuízo por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o prejuízo líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o prejuízo básico e diluído por ação.

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo líquido do exercício	(2.793)	(1.156)
Média ponderada das ações (ações em milhares)	97.286.893	61.139.560
Prejuízo líquido básico e diluído por ação (em R\$)	(0,000029)	(0,000019)

8 | Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	Passivo		Despesas	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aliança Geração de Energia S.A (i)	331	70	331	-
Cemig Geração e Transmissão S.A (ii)	-	-	32	-
Central Eólica Acauã III S.A (i)	1.059	-	-	-
	1.390	70	363	-

As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (i) prestação de serviços com *backoffice* e reembolso de despesas de viagem e serviços de engenharia; e (ii) custos com TUST (Tarifa de uso do sistema de transmissão).

As transações entre partes relacionadas foram estabelecidas com base em condições negociadas entre as partes.

Remuneração do pessoal-chave da Companhia

A remuneração do pessoal-chave da Administração é determinada e diretamente paga através da sua controladora Aliança Geração de Energia S.A. e rateada conforme contrato de prestação de serviços entre as Companhias.

9 | Despesas operacionais

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (h).

A composição das despesas operacionais da Companhia é conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(1.787)	-
Serviços de terceiros	(518)	(901)
Outras despesas operacionais	(459)	(253)
	(2.764)	(1.154)

10 | Resultado financeiro

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (g).

A composição do resultado financeiro é conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Outras receitas financeiras	2	-
	2	-
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(31)	(2)
	(31)	(2)
	(29)	(2)

11 | Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e contas a receber e a pagar com partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

A Companhia considerou o valor justo de seus instrumentos financeiros como substancialmente igual aos seus valores contábeis em razão da natureza e características desses instrumentos.

Categoria dos instrumentos financeiros

	31/12/2022		31/12/2021	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros:				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	7	7	11	11
Outros ativos	15	15	-	-
	22	22	11	11
Passivos financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	949	949	1.882	1.882
	949	949	1.882	1.882

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como os saldos de caixa e equivalentes de caixa entende-se que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Risco de liquidez

A acionista da Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A acionista da Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das operações, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fornecedores, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela abaixo:

	De 1 a 3 meses	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:		
- Pós-Fixadas		
Fornecedores	961	961
Outros passivos com partes relacionadas	1.059	1.059
	2.020	2.020

Risco de crédito

A Companhia tem acesso às avaliações de risco de seus acionistas no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros.

A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Riscos de escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são consideráveis bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

12 | Compromissos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía os seguintes compromissos assumidos:

	31/12/2022	31/12/2021
Aerogeradores	179.255	159.377
Contrato de obras civis	31.778	22.319
Construção de subestação e linha de transmissão	10.747	10.663
Implantação das redes locais de distribuição	10.096	7.512
	231.876	199.871

Contrato de uso do sistema de transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2022, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$3.458 (R\$3.195 em 31 de dezembro de 2021).

14 | Eventos subsequentes

Adiantamento para futuro aumento de capital

Até fevereiro de 2023 a Aliança realizou aportes para aumento de capital na Companhia, perfazendo R\$16.668.

DIRETORIA

Marcos Liberato do Nascimento
Diretor Técnico

Carlos Henrique Afonso
Diretor Administrativo

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Rafael Lisboa Fernandes
Contador CRC/MG – 105611/O-3



A nova geração da energia.

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Aliança Energia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinarweb.com.br/alianca/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0229941

Passo 3 - Digite a senha: w2GU6MBg